

1930-1960:

AMBIÇÃO E VARIEDADE DE OBJETIVOS

Manuel Bermejillo

dirige a consolidação de uma entidade aberta aos profissionais de saúde e disposta a cobrir quaisquer contingências.

Apesar do início difícil, especialmente no período da Guerra Civil, a Previsión Médica Nacional consolida-se como mutualidade graças a uma saudável ambição de serviço e a uma ampla variedade de objetivos.

A gestão prolongada do presidente Manuel Bermejillo permite à Entidade atrair novos profissionais de saúde - daí a alteração da designação para Previsión Sanitaria Nacional - e criar novos produtos e linhas de atividade para cobrir qualquer contingência que possa preocupar os seus mutualistas.

Pouco mais de três meses após a aprovação dos novos estatutos da Organización Médica Colegial, que abriam a porta para a criação de uma entidade «que cobrisse os riscos de profissionais inválidos, as suas viúvas e os seus órfãos», o Ministério do Governo aprova o regulamento, a constituição e o funcionamento da **Previsión Médica Nacional (PMN)**. O dia fica gravado para a história: **9 de maio de 1930**. O nove também aparece noutra circunstância a recordar: este é o número da rua Calle Licenciado Cascales, em Múrcia, onde se encontra a primeira sede social da nova Entidade.

O regulamento, numa demonstração de ambição, que posteriormente se tornará realidade, estabelece como objetivo remoto da PMN «abranger todos os aspetos da assistência, com a garantia máxima da mais poderosa companhia de seguros e as evidentes vantagens de economia e equidade de uma mútua». A aspiração é

então ousada, dado que a PMN inicia as suas atividades com apenas duas secções - invalidez e vida - e quatro tipos de associados - fundadores, numerários, protetores e honorários. As quotas iniciais são igualmente modestas: dez cêntimos para invalidez e cinco pesetas para vida, através de assinaturas mensais.

El primer Consejo de Administración

Presidente

D. José Pérez Mateos

Secretário Tesoureiro

D. José Egea

Vogais

D. Lorenzo García Tornel
D. Juan de la Rosa
D. Dacio Crespo
D. Juan Cogollos
D. José Luis Durán
D. Nicasio Cimas
D. José Lomas
D. Manuel Pardo
D. Victoriano Juaristi
D. Manuel Iñigo

Os oito primeiros vogais reúnem-se a 6 de julho de 1930, na primeira sessão do conselho de administração, que conta com a presença extraordinária de José Alberto Palanca, diretor-geral da Saúde, que pronuncia palavras de louvor pela constituição da PMN e, em especial, alude ao trabalho realizado por Pérez Mateos como seu principal promotor. O Conselho aceita os pedidos de médicos recebidos até à data e propõe-se estudar os processos para formalizar as primeiras colocações na PMN. Palanca, também médico, é reconhecido como o primeiro mutualista. Menos de meio ano mais tarde, a PMN atinge os cinco mil associados.

O primeiro subsídio pago pela PMN ocorreu após a morte, a **2 de janeiro de 1931**, de Jaime Llopis, mutualista de Sagunto (Valência) que se tinha juntado à Entidade em outubro de 1930, pagando 108 pesetas título de quota de inscrição e depósito reembolsável. A 17 de fevereiro, a viúva assina o recibo do subsídio, naquilo que constitui o primeiro exemplo da essência da PMN: cobrir o presente para assegurar o futuro.

«A que se deve este facto improvável?» ,questionam-se entusiasmados os promotores da Entidade. «Aos milagres do mutualismo, da união entusiasta. A PMN não é apenas um trabalho grande, mas um exemplo vivo de que os médi-

cos podem, quando querem, resolver brilhantemente os seus problemas”.

O sucesso da **iniciativa chamou a atenção de outros profissionais de saúde como farmacêuticos, veterinários e dentistas**. Em junho de 1932, a Assembleia da PMN abre as portas com razões solenes:

«Deveriam existir há muito tempo - é lamentável que não tenha sido feito antes - laços de afeto e uma união inabalável entre essas comunidades para o bem da saúde pública e em benefício dos profissionais de saúde espanhóis». Um ano mais tarde, um despacho ministerial permite o acesso facultativo a dentistas e farmacêuticos. Mas a plena integração ainda teria de aguardar alguns anos.

A Guerra Civil leva a Previsión Médica Nacional à sua divisão, como acontece com todo o país. Os serviços centrais ficam na zona republicana, em Múrcia, sob a responsabilidade de um auto-proclamado Conselho Provisório de Apreensão e Administração, que realiza a sua primeira reunião no dia 12 de setembro de 1936 e na qual são tomadas decisões mais técnicas, sobre a atividade própria da Entidade, do que políticas - como é de se esperar nos difíceis dias que correm. O Conselho é presidido por José Torre.

A PREVISIÓN DE VALLADOLID

Na zona controlada pelo general Francisco Franco, mais concretamente em Valladolid, é constituído o Conselho Geral das Ordens Médicas, previamente dissolvido pelos republicanos. Um despacho assinado pelo governador general Luis Valdés, em dezembro de 1937, estabelece um prazo de noventa dias para a Previsión Médica Nacional retomar as suas atividades de acordo com o disposto no seu regulamento de base. No entanto, a norma admite a singularidade do momento e reconhece o seu próprio caráter transitório e provisório.

A **26 de março de 1938**, o **Conselho de Administração** da Previsión Médica Nacional **reúne-se** em Valladolid. Preside Enrique Suñer. Em janeiro de 1939, a Previsión, dirigida pelo Conselho de Apreensão, celebra o que viria a ser o seu último encontro oficial. Três meses mais tarde, a contenda acaba e os vencedores ordenam a unificação em Madrid. Suñer mantém a Presidência da nova Entidade.

O conflito aumentou a sinistralidade e impediu a normal contribuição dos mutualistas, muitos dos quais perderam os seus direitos. Se aplicar rigorosamente o seu próprio regulamento, a PMN vê-se confrontada com a sua própria dissolução como mútua. No entanto, um despacho ministerial de junho de 1942 obriga a PMN “a pagar os subsídios de todos os associados falecidos desde 18 de julho de 1936 até agora, qualquer que seja a causa da morte e a situação no pagamento das quotas”. Entretanto, Enrique Suñer preside o seu último Conselho de Administração a 20 de abril de 1941 e morre pouco depois. Guillermo Núñez, presidente do Conselho Geral das Ordens Médicas, substitui-o provisoriamente até à nomeação de Mariano Gómez Ulla, a 23 de outubro desse mesmo ano.

O prestígio da PMN é revalorizado ao honrar os seus muitos compromissos e não decepcionar as esperanças de viúvas e órfãos. Mas o dinheiro para cobrir todos os sinistros vem dos próprios associados. Os benefícios alcançam 1,7 milhões de pesetas na secção de invalidez e 38,3 milhões na de vida. Além de seus próprios fundos, a PMN recebe dos seus associados mais de 13 milhões para liquidar a extra-sinistralidade da Guerra Civil.

CHEGA A REFORMA

Apesar do entusiasmo e sacrifício dos mutualistas e do apuro e compromisso da Entidade em responder a uma situação quase limite, é evidente que a PMN precisa de uma reforma para a sua adequada atualização, que lhe permita enfrentar de forma eficaz o aumento da mortalidade e partilhar os novos princípios gerais da segurança social. A mudança é ainda mais imperiosa tendo em conta a Lei das Mútuas, aprovada em dezembro de 1941 e à qual o regulamento da PMN devia necessariamente adaptar-se.

A transformação da Entidade é conduzida por Manuel Bermejillo, um dos presidentes mais longevos. Presente no Conselho há já alguns anos, assume oficialmente a presidência no dia 13 de maio de 1943, após a nomeação feita pela Direção Geral da Saúde, cujo responsável é o doutor Palanca.

A Direção Geral da Previdência permite à PSN fazer todo o tipo de seguros pessoais - que passarão a ser obrigatórios para os mutualistas - e patrimoniais, voluntários. O regulamento posterior também mantém a ligação íntima da PSN aos conselhos gerais e às ordens provinciais dos profissionais de saúde.

Em outubro de 1944 é aprovada a reforma da Entidade, que passa a ser denominada **Previsión Sanitaria Nacional (PSN)**, de modo a reconhecer o seu maior alcance, graças à integração efetiva de médicos e dentistas e a prevista, ainda não iniciada, defarmacêuticos e outros profissionais.

Além da atualização institucional, a PSN precisa igualmente de uma reforma técnica que permita adaptar os subsídios e benefícios à nova realidade económica do país e abranja também os problemas relacionados com a doença e a velhice.

Em **maio de 1945**, a PSN **aprova a Secção de Doença**, cujo subsídio começa a ser pago no prazo de 30 dias a contar da data em que surgiu o estado patológico objeto de indemnização. A sua duração máxima é de um ano e se nesse prazo o mutualista não tiver recebido alta hospitalar, passa para a cobertura por invalidez. A quota média é de 3,30 pesetas. No que diz respeito à Secção de Velhice, é estabelecida a idade de 70 anos para poder receber o subsídio. Neste momento, a PSN aborda igualmente a melhoria das secções históricas de Invalidez e Vida.

MAIS PRODUTOS, MENOS RISCOS

Em **julho de 1949**, a **Direção Geral da Previsión aprova a Secção Automóvel e a de Acidentes Pessoais**. A PSN continua a ampliar os seus produtos para cobrir cada vez melhor às necessidades dos profissionais de saúde. Com efeito, começa a realizar um estudo para implementar um seguro de intervenções cirúrgicas para os mutualistas e as suas famílias, um produto que só será aprovado em meados da década de 1960.

Nestes anos começa a abrir-se de forma decidida uma outra linha de atividade: o investimento imobiliário, que permite diluir as crescentes reservas e, por conseguinte, aumentar a rentabilidade da Mútua.

Em **abril de 1949**, a PSN **adquire a propriedade de um edifício localizado no número 92 de Calle Ferraz, em Madrid**. O seu preço ronda os 1,7 milhões de pesetas. Qua-

se dez anos mais tarde, a PSN irá vender o imóvel por 2,5 milhões. Apesar daquilo que estes números podem sugerir hoje em dia, o Conselho de Administração qualifica a operação de magnífica.

A política imobiliária acaba por se concretizar em três eixos básicos: dotar a PSN de uma sede própria, que sirva também para os conselhos gerais das profissões associadas à Mutualidade; colaborar na «instalação digna» das ordens provinciais para contribuir para o seu maior prestígio e eficiência, e apoiar a promoção.

Em 1949, a PSN adquire o seu primeiro edifício. Começa então uma política de promoção imobiliária que se prolonga até hoje.

Os seus primeiros frutos não tardam a chegar: no dia 22 de fevereiro de 1952, o Conselho de Administração aprova a aquisição da quinta localizada no número 11 de Calle Villanueva, em pleno bairro de Salamanca, em Madrid. O seu preço é de 2,6 milhões de pesetas. As obras começam em 1954 e terminam três anos depois.

No que diz respeito ao apoio às ordens, León e Ávila são os primeiros exemplos, daquilo que se tornaria mais tarde uma longa lista de instituições beneficiadas pela colaboração da PSN no financiamento da aquisição de imóveis. Começa também, embora com menos sorte, a aquisição de energia solar para construir edifícios para mutualistas. Outros projetos realizados nos últimos anos da década de 1950, cujos destinos foram díspares, são a criação de seguros de incêndios e acidentes de trabalho, de empréstimos sobre seguros contratados e uma caixa de poupança para cuidados de saúde.

Em 1959, o Montepío Veterinario Nacional estabelece a sua dissolução e solicita a integração dos seus associados na PSN, o que ratifica o Ministério do Governo, com a aprovação da Assembleia Geral, a 8 de junho de 1960. Manuel Bermejillo celebra então 17 anos como responsável da Entidade. Chegaria aos 21, deixando o seu cargo a Jaime Lazcano a 8 de julho de 1964.